

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001708-17.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ANDERSON LEONARDO DE SÁ**
 Requerido: **LATINA ELETRODOMÉSTICO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ANDERSON LEONARDO DE SÁ move ação indenizatória contra LATINA ELETRODOMÉSTICO S/A aduzindo (a) que prestou serviços de transporte de cargas, à ré, no período de 01/08/2011 a 01/10/2013 (b) que nesse período não recebeu o vale-pedágio de acordo com a Lei nº 10.209/01. Pediu a condenação da ré a indenizar: (a) os valores de pedágio pagos pelo requerente; (b) o equivalente a duas vezes o valor do frete contido em cada RPA (recibo de pagamento a autônomo); (c) os danos materiais a serem apurados. Juntou documentos (fls. 07/128).

Em contestação, aduz a parte ré que embora não estivesse discriminado no RPA, o valor do vale-pedágio era incorporado ao valor do frete, como negociado com o autor no momento da contratação. Que não houve qualquer prejuízo, porque o autor sabia que o valor do pedágio estava incluído no frete. Juntou documentos (fls. 166/185).

Réplica a fls. 192/194.

Saneador a fls. 197.

A conciliação restou infrutífera e foram ouvidas 02 testemunhas (01 do autor e outra da ré).

A fls. 260, diante da notícia da Recuperação Judicial, determinou-se a intimação do Administrador Judicial, o que ocorreu a fls. 283.

A fls. 285, a instrução foi encerrada.

Alegações finais a fls. 288/289; 290; 300/301.

O Ministério Público manifestou-se a fls. 294/299.

A fls. 225/236, planilha com os valores de pedágio em cumprimento ao quanto determinado em saneador.

FUNDAMENTAÇÃO

A ação é parcialmente procedente.

Consta dos autos que o autor foi contratado pela requerida para prestar serviços de transporte rodoviário de cargas entre várias cidades. Afirmo o autor que prestou inúmeros serviços, porém não recebeu o reembolso dos pedágios. Realizada audiência de instrução, foi inquirido Ricardo Rodrigues de Campos, testemunha arrolada pela parte-ré (fls. 246), que afirmou que trabalha no setor de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

logística e em todas as conversas que teve com o autor, ficou definido que as despesas de pedágio estavam incluídas no frete.

A testemunha do autor (fls. 259), Antonio Rodrigues, tratando do mesmo assunto, afirmou que "(...) Ricardo, encarregado da ré na expedição, dizia aos que faziam o transporte que o pedágio estava incluído no preço pago pelo frete; cheguei a presenciar Anderson autor, conversando com Ricardo porque não concordava com esse sistema, queria receber o pedágio. (...) outros não concordavam, mas tinham receio de conversar com o Ricardo sobre isso."

Todavia, o art. 2º da Lei 10.209/01 é expresso no sentido de que "o valor do Vale-Pedágio não integra o valor do frete, não será considerado receita operacional ou rendimento tributável, nem constituirá base de incidência de contribuições sociais ou previdenciárias".

Trata-se de despesa de responsabilidade do embarcador, nos termos do art. 1º da mesma lei.

A requerida contratou o autor, transportador autônomo, e, portanto, deve arcar com o vale-pedágio.

Nesse sentido, a jurisprudência:

Ação de cobrança – Contrato de transporte – Transportador autônomo – Pretensão voltada à percepção do vale-pedágio obrigatório, de que trata a Lei 10.029/01, bem assim, a indenização prevista no art. 8º daquele diploma – Sem a menor consistência a alegação de que o valor dos fretes embutiria as despesas de pedágio – Lei de regência da relação, de ordem pública e editada com o objetivo precípua de proteger o transportador autônomo, claríssima no sentido de que o fornecimento do vale pedágio é obrigatório e independe do frete – Hipótese dos autos em que está demonstrado o período considerado pela sentença como sendo o da prestação dos serviços – Cobrança procedente – Também devida a indenização estabelecida no art. 8º da mesma lei – Irresignação da ré apenas merecendo acolhida no tópico em que pretende restringir o fornecimento do vale ou da correspondente compensação pecuniária pelo trajeto entre a origem e o destino da carga, sem incluir a viagem de volta – Aplicação do art. 3º, §2º, da Lei 10.209/01. Apelação a que se dá parcial provimento. (TJSP, 0029698-18.2013.8.26.0577, Rel. Ricardo Pessoa de Mello Belli, 19ª Câmara de Direito Privado, j. 22/06/2015)

O autor comprovou que fez diversos serviços de frete no período de 01/08/2011 a 01/10/2013 e não houve antecipação do vale-pedágio, obrigação prevista no artigo 3º da Lei 10.209/01.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor juntou aos autos os documentos comprovando os fretes e a planilha apresentada a fls. 225/236, não foi impugnada pela parte-ré. O valores de pedágio, totalizam R\$ 3.429,10 (três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e dez centavos), e devem ser ressarcidos pela requerida.

O artigo 8º. da referida lei prevê que no caso de descumprimento do quanto nela estabelecido, além da multa administrativa prevista no artigo 5º o embarcador será obrigado a indenizar o transportador e quantia equivalente a duas vezes o valor do frete.

No entanto, segundo a jurisprudência, essa indenização não pode ser fixada no valor pretendido, devendo sofrer limitação prevista no artigo 412 do Código Civil, ou seja, o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal. A obrigação principal discutida nesses autos é o vale-pedágio, que não foi pago, de modo que esse deve ser o limite para a indenização e não os valor dos fretes.

Nesse sentido

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Transporte terrestre de mercadorias - Ação de cobrança Pretensão ao recebimento da indenização em decorrência de não ter sido pago pelo tomador do serviço o vale-pedágio. Ação julgada parcialmente procedente Insurgência Pretensão amparada pela Lei n. 10.209/2001 e pela jurisprudência Dever de adiantar o valor do pedágio, e de forma separada do frete, que é da tomadora de serviço Documentos coligidos aos autos pela ré que se mostram aptos ao cálculo do valor da indenização Exclusão de parte do pedido, por relativos a empresa estranha à lide **Limitação da indenização, entretanto, a valor equivalente ao valor do frete não pago Harmonização do artigo 8º da Lei n. 10209/2001 com o princípio que veda o enriquecimento ilícito** Redução que não implica em alteração da sucumbência, que continua sendo recíproca Sentença de parcial procedência mantida, mas em menor proporção ? Recurso parcialmente provido. Apelação nº 0008244-58.2011.8.26.0445 - TJ-SP - Voto nº 20642 - **RELATOR JACOB VALENTE**

E ainda:

CONTRATO DE TRANSPORTE - VALE-PEDÁGIO. PAGAMENTO ANTECIPADO E FEITO SEPARADAMENTE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.209/2001. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DO ART. 8º DA LEI Nº 10.209/2001 COM O ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL EM HARMONIA COM O PRINCÍPIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

Recurso parcialmente provido. TJSP/APL
0008758-06.2010.8.26.0361, 20ª Câmara de Direito
Privado, Rel. Alberto Gosson, j.16/03/2015.

Assim, a requerida deverá efetuar o pagamento dos valores relativos aos pedágios não pagos de forma simples e a multa prevista no art. 8º da Lei nº 10.209/01, equivalente ao valor de R\$ 3.429,10.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente** a inicial para CONDENAR a requerida a pagar ao autor R\$ 6.858,20, com correção monetária desde a propositura da ação e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Em decorrência da sucumbência parcial e igualmente proporcional, cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, e os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I

São Carlos, 13 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**